

EDITORIAL / EDITORIAL

Posição pública

/ Álvaro Agres Pereira

Diretor do Serviço de Doenças Infeciosas do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte

/ António Sarmento

Diretor do Serviço de Doenças Infeciosas do Centro Hospitalar Universitário de S. João

/ António Vieira

Presidente do Colégio da Especialidade de Doenças Infeciosas da Ordem dos Médicos

/ Fernando Maltez

Diretor do Serviço de Doenças Infeciosas do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central

/ Kamal Mansinho

Diretor do Serviço de Doenças Infeciosas do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Ocidental

/ Rui Sarmento e Castro

Diretor do Serviço de Doenças Infeciosas do Centro Hospitalar Universitário do Porto

/ Saraiva da Cunha

Diretor do Serviço de Doenças Infeciosas do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra

Nota Prévia: A posição pública assumida pelo colégio de doenças infecciosas da Ordem dos Médicos e pelos diretores dos serviços de doenças infecciosas dos maiores hospitais portugueses é um documento que foi elaborado no final de janeiro de 2021 e tornado público em 12 de fevereiro, em plena terceira vaga da pandemia. Apesar de datado, contém mensagens e alertas que continuam pertinentes, e algumas ainda atuais, e por isso entendemos que se justifica a sua divulgação neste órgão dos infeciologistas portugueses.

COVID-19 – Posição pública conjunta dos Diretores dos Serviços de Doenças Infeciosas dos maiores hospitais portugueses e do Colégio da Especialidade de Doenças Infeciosas da Ordem dos Médicos

Vivemos no primeiro mês de 2021 as angustiantes consequências do descontrolo da transmissão na comunidade da pandemia Covid-19. Neste momento, entendemos ser útil uma tomada de posição pública e afirmativa da Infeciologia.

Lembramos que há cerca de dez meses, desde o princípio da pandemia, os Serviços de Doenças Infeciosas, de primeira referência, tiveram – como lhes competia – a visibilidade da competência. Aos pregadores do apocalipse, contrapuseram a segurança de um trabalho continuado, com resultados. Fizeram saúde.

Seguramente, muitos outros Serviços de Doenças Infeciosas, em segundas linhas igualmente eficientes, mas silenciosas, desempenharam e vão continuar, com dignidade, a exercer as suas funções.

Há que apoiar e defender, mas também incentivar profissionais exaustos a quem se pede sempre mais um pouco do seu esforço. É determinante continuar a fazer o caminho – ainda longo – da fase de mitigação até à eliminação que já pensamos ver ao longe, ideia bem sintetizada por Margaritis Schinas: "o fim da pandemia está à vista, mas ainda não ao nosso alcance".

Deixamos claro, sublinhando, o objetivo único desta tomada de posição: a melhor saúde para os portugueses. Posição conjunta que pretende ser um apelo e um alerta.

Uma posição comum, refletida e assumidamente construtiva de todos os Diretores de Serviço de Doenças Infeciosas em Hospitais de elevada diferenciação – de acordo com a Rede de Referência Hospitalar de Infeciologia, concertada com o Colégio da Especialidade da Ordem dos Médicos. Porque as opiniões informadas contam.

Neste contexto, os signatários deste documento:

1. Reconhecem a gravidade da situação sanitária que se vive neste momento em Portugal, provocada pela pandemia de SARS-Cov-2 e que está a colocar uma colossal pressão sobre os Serviços de Saúde;
2. Solidarizam-se com todos os profissionais de saúde que, com abnegação e sentido de responsabilidade, têm superado os limites da resistência humana para cuidarem dos doentes, COVID-19 e todos os outros;
3. Constatam a escassez de recursos humanos disponíveis, por isso apelam ao Governo e, particularmente, ao Ministério da Saúde, para reforçar o Serviço Nacional de Saúde em meios materiais e humanos que permitam responder ao imenso desafio;
4. Lançam um repto a todos os médicos, das diferentes especialidades, para que, à semelhança do que sucedeu na primeira vaga, não abandonem os colegas que estão na primeira linha de combate à COVID-19;
5. Expressam a sua preocupação com o profundo impacto da pandemia na formação médica pré e pós-graduada;
6. Lançam um repto a toda a população para que siga, escrupulosamente, todas as medidas de prevenção preconizadas pela Direção Geral da Saúde;
7. Apoiam todas as medidas de confinamento que maximizem o efeito protetor conferido pelo distanciamento social, mesmo as que têm maior impacto na economia, pois o tempo atual é o da saúde que, se for bem-sucedido, poderá contribuir para a desejada recuperação económica;
8. Aconselham uma modificação profunda do modelo atual de comunicação em saúde adotado pelos principais responsáveis, que esgotou totalmente as suas potencialidades e já não consegue mobilizar os portugueses;
9. Sugerem ao Governo, e particularmente ao Ministério da Saúde, que se inicie desde já a preparação de um plano que permita evitar sucessivas ondas epidémicas, adotando medidas mais robustas de contenção dos futuros focos emergentes;
10. Aplaudem o início da campanha de vacinação contra SARS-Cov-2, embora as prioridades que foram definidas devam ser reavaliadas e eventualmente alteradas de acordo com as circunstâncias de cada momento, nomeadamente epidemiológicas, e de disponibilidade de vacinas;
11. Deixam, finalmente, uma mensagem de esperança a toda a população, com a certeza de que esta, como anteriores pandemias, também será debelada.